



XII CONAGES
XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

LGBTFOBIA NO ÂMBITO ESCOLAR: PERSPECTIVAS DE MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA

Mônica Valéria Araujo dos Santos (1); Betânia Maria Oliveira de Amorim (2)

Universidade Federal de Campina Grande/ UFCG

valeriamonica88@hotmail.com

RESUMO Neste trabalho objetivou-se problematizar a questão da LGBTfobia direcionada a sujeitos homossexuais no âmbito escolar. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, realizada a partir de uma revisão da literatura. Nossa pesquisa buscou evidenciar as práticas de preconceito, discriminação e LGBTfobia no âmbito escolar, apontando suas possíveis causas e implicações para os sujeitos, a relação destes com a escola e as possibilidades de mediação do professor e do profissional de psicologia, enquanto perspectiva de desconstrução de paradigmas excludentes. Tomando como referência a literatura estudada, no tocante aos temas sexualidade e homossexualidade, podemos perceber que a omissão da Escola, o despreparo dos professores e os casos de LGBTfobia são realidades intrínsecas da nossa sociedade, e não apenas de determinado contexto regional. Episódios de comportamento LGBTfóbico, bem como a minimização desses episódios por parte da direção, são recorrentes nos estabelecimentos de ensino, assim como as declarações LGBTfóbicas por parte dos professores e funcionários. Nessa perspectiva, acreditamos que compete ao psicólogo, inserido no âmbito escolar, buscar uma educação que problematize os aspectos heteronormativos presentes na formação de nossas identidades sexuais e de gênero, oportunizando aos alunos/sujeitos o questionamento e a desconstrução dos estereótipos concernentes a sexualidade e gênero.

Palavras-Chave: LGBTfobia; Escola; Psicologia; Preconceito e discriminação.



INTRODUÇÃO

A problematização dos conceitos de gênero e sexualidade são de extrema relevância para compreendermos as relações estabelecidas socialmente entre os sujeitos, visto que envolvem uma complexidade que transpõe o aspecto biológico do corpo, abrangendo a história de vida, os costumes, as relações, as emoções, a afetividade. Trata-se de uma construção sócio-histórico-cultural. Segundo Foucault (2007) cada temporalidade produz verdades como construções históricas. Nessa perspectiva, o referido autor defende que a sexualidade se configura como um dispositivo histórico de poder da modernidade, constituído por práticas discursivas e não discursivas, que fundam uma percepção do indivíduo como sujeito de uma sexualidade, de saberes e poderes que visam normatizar, controlar e instaurar verdades sobre este sujeito, em sua relação com o corpo e com os prazeres. Nesta perspectiva, o autor argumenta que mecanismos específicos de saber e poder centrados no sexo (limitado ao dualismo feminino e masculino, que se constituía enquanto "normal") produziram discursos normativos sobre a sexualidade.

A sigla "LGBT" significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, está em ampla repercussão midiática, no entanto, não verifica-se discussão ou esclarecimento acerca das questões relacionada à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Viana (2015, p.26), enfatiza que "Os preconceitos e discriminações assumem expressões diversas contra aqueles/as que questionam a ordem sexual e de gênero, como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais." A autora argumenta que, apesar de se verificar denúncias em relação à homofobia na escola, não existem muitas referências a estudos acadêmicos, que apontem resultados pertinentes a uma prática de modificação e desconstrução dessa prática. Nesse sentido, cabe alertar para o fato de que o preconceito e a discriminação dirigidos aos sujeitos LGBTs, sendo necessário, segundo Viana, denominar tal prática enquanto LGBTFobia, a fim de demarcar as diferenças contidas nas variantes da própria sigla.

A emergência dos movimentos sociais, em especial o feminismo, provocou mudanças significativas. As conquistas e mudanças de concepções antes consideradas verdades indissolúveis, como a inferioridade e submissão feminina, vem



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

conferindo à mulher outro lugar, uma quebra dos paradigmas naturalizados, o que denota que as verdades produzidas por práticas e discursos podem ser desconstruídas. O surgimento do Movimento Feminista, a partir dos anos 70, abriu possibilidades de discussões sobre o conceito de gênero, passando a questionar e problematizar as representações tradicionais que definem o que é ser mulher ou ser homem. Segundo Butler (2009), há uma necessidade de se ultrapassar a noção construída acerca do gênero, de que este denota uma verdade sexual imersa em uma normalidade (gênero masculino ou feminino). Para esta autora essa concepção dualista está permeada de atribuições políticas determinadas como procedência e causas para naturalizar categorias de identidades masculinas e femininas, ditando qual deve ser o comportamento socialmente aceitável de homens e mulheres.

Nessa perspectiva, ao estabelecer o que seria socialmente aceitável, enquanto "normal", a sociedade exclui os sujeitos diferentes, estigmatizando-os, elaborando representações sociais equivocadas, produzindo preconceitos em relação ao outro/desconhecido, que podem vir a fundamentar ações discriminatórias. Assim, o julgamento antecipado fundado numa lógica de exclusão desse outro, partindo do que seria aceitável no âmbito social, pode evidenciar

por consequência, a aniquilação ou comprometimento dos direitos fundamentais do mesmo.

Para discutirmos a respeito da LGBTfobia no âmbito escolar, optamos por abordar duas perspectivas: primeiramente, verificar como a temática da sexualidade é abordada no contexto escolar buscando enfatizar o modo como os sujeitos, assumidamente LGBTs, são vistos no espaço da escola. Em seguida, identificar as implicações que perpassam o âmbito escolar a fim de ressaltarmos a importância da intervenção do profissional de psicologia.

A homoafetividade é um tema sumariamente evitado na escola, entre outros, por ser esta uma instituição pautada em padrões heteronormativos, em valores morais cristãos e pela lógica sexista feminino e masculino. Na verdade, até mesmo a sexualidade tem sua discussão limitada à heteronormatividade, biologia, reprodução e a representação social do sexo como algo errado, maléfico, pecaminoso. Na maioria das escolas, mesmo após a Orientação Sexual ser proposta como tema transversal pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, a abordagem da sexualidade no âmbito escolar se limita, basicamente, à transmissão de informações acerca da prevenção da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis. Desse modo, tem-se negligenciado/evitado a

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



discussão sobre a homossexualidade no ambiente escolar, o que vem contrapor-se a uma das funções da escola, a saber: conscientizar e orientar os alunos naquilo que concerne às questões relativas a sexualidade e gênero.

METODOLOGIA

Trata-se de uma abordagem qualitativa que visa a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Com o objetivo de buscar compreender como se dão as relações de preconceito, discriminação e LGBTfobia no espaço escolar, bem como as possibilidades de intervenção da psicologia, foi empreendida uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, realizada a partir de uma revisão não-sistemática da literatura nas bases de dados, a saber: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram utilizados além dos artigos

encontrados livros que tratam diretamente da temática da LGBTfobia no contexto escolar.

A PSICOLOGIA EDUCACIONAL E SUAS FORMAS DE ATUAÇÃO

O psicólogo escolar teve sua profissão regulamentada na década de 1960, tendo sua consolidação influenciada por políticas educacionais. A partir de então, nota-se uma tentativa de superação do modelo de atuação, havia uma necessidade de se repensar as formas de atuação (Guzzo, 2009). Torna-se imprescindível, então, uma mudança na formação acadêmica para que se buscasse modificações reais, uma nova relação entre teoria e prática.

Nesse contexto de busca de melhorias na educação, o psicólogo tem total compromisso nos processos educativos, trata-se de uma responsabilidade social, ou nos dizeres de Martinez (2009) personalizar o compromisso dos indivíduos. Este profissional passa a ser visto, agora, como um sujeito de ação comprometido com a transformação social, exercendo participação ativa, consciente e criativa na formulação de discussões. Contribuir para otimizar os processos educativos no contexto escolar passa a ser a especificidade da Psicologia Escolar. Ao profissional de psicologia (potencial transformador para mudanças



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

significativas nos espaços educacionais concretos) cabia a realização do diagnóstico, análise e intervenção a nível institucional (e não apenas no trato com o aluno e/ou professor).

A psicologia, como um dos fundamentos do processo formativo do educador, deve propiciar o reconhecimento do educador/professor como sujeito do processo educativo, traduzindo-se na necessidade de mudanças profundas das políticas de formação inicial e continuada desse protagonista fundamental da educação. Por sua vez, a ação do psicólogo escolar deve pautar-se no domínio do referencial teórico da psicologia necessário à educação, mediatizado necessariamente por conhecimentos que são próprios do campo educativo e das áreas de conhecimento correlatas. Daí, a necessidade de superação das práticas tradicionais do psicólogo escolar, muitas vezes pautadas ainda numa perspectiva, nem sempre consciente ou assumida, de ação voltada para o contexto da clínica.

A psicologia escolar deve, portanto, estar comprometida com a educação das classes populares, para que sejam promovidas mudanças efetivas no campo da educação e da prática pedagógica. Por sua vez, o psicólogo escolar é um profissional que utiliza os conhecimentos produzidos sobre o funcionamento psicológico humano para

colaborar com os processos de aprendizagem e desenvolvimento que têm lugar no contexto escolar, desempenhando funções diversas, como aponta Martinez (2009), relacionadas à avaliação, diagnóstico, orientação, intervenção, formação, assessoria ou consultoria e pesquisa.

Uma concepção mais ampla da Psicologia Escolar, não mais voltada apenas ao diagnóstico, atendimento, orientação e intervenção em relação aos problemas emocionais, de aprendizagem e de comportamento, vem gradativamente ganhando força. Atualmente a importância do trabalho do psicólogo direcionado à compreensão da gênese das dificuldades escolares, é considerado elemento essencial para o delineamento das estratégias educativas e cujo acompanhamento, em parceria com o professor e com os demais profissionais da educação, constitui a via para a superação dos problemas. A tarefa de encaminhamento dos alunos para outros profissionais especializados é realizada pelo psicólogo em casos excepcionais, quando a escola não dá conta da problemática na qual o aluno está envolto. O trabalho de orientação a alunos e pais em relação às dificuldades escolares e a outros assuntos de interesse para o desenvolvimento do estudante tem constituído uma das atuações tradicionais do psicólogo. A orientação psicológica diferente



da psicoterapia (que não é função de um psicólogo na escola) implica ações de aconselhamento em função das necessidades específicas do desenvolvimento do aluno. Um olhar atento ao desenvolvimento integral dos estudantes permite ao psicólogo estruturar um trabalho de orientação a alunos e pais, seja de forma individualizada, seja de forma grupal, que contribua para o desenvolvimento. Também é atributo do psicólogo a coordenação de grupos de orientação a pais, a orientação sexual dos alunos, a orientação aos professores em relação ao trabalho para superar dificuldades escolares de seus alunos.

Partindo da realização de um processo de diagnóstico e análise das necessidades institucionais, o psicólogo pode sugerir, delinear e coordenar estratégias de intervenção direcionadas a potencializar o trabalho em equipe, mudar representações cristalizadas e inadequadas sobre o processo educativo, desenvolver habilidades comunicativas, mediar conflitos, incentivar a criatividade e a inovação, melhorar a qualidade de vida no trabalho e outras tantas ações, como contribuição significativa para o aprimoramento do funcionamento organizacional.

Independente da percepção ou existência da LGBTfobia, as instituições de ensino ao omitir-se das discussões acerca da homossexualidade, acabam por produzir o

que a ABGLT (2006) descreve como "a invisibilidade dos sujeitos homossexuais que cotidianamente as ocupam".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observamos, por meio das pesquisas teóricas, que a discussão da sexualidade, em todas as suas nuances, no ambiente escolar se mostra urgente. Faz-se necessário um cenário educacional que acolha e debata as desigualdades, que promova a criticidade e a compreensão das diversidades. Precisa-se de uma escola que discuta o preconceito em todas as suas formas, para que alunos e profissionais se sintam acolhidos. Uma escola que promova, junto à sociedade, debates que objetivem à sua transformação, considerando as singularidades dos sujeitos que dela fazem parte.

Quando a Escola evita a abordagem da temática da homossexualidade, também evita admitir e discutir, abertamente, a existência de alunos ou professores homossexuais. A este respeito Louro (2003) afirma:

Para o campo educacional, a afirmação desses grupos é profundamente perturbadora. Não dispomos de referências ou de tradições para lidar com os desafios ali ampliados. Não podemos mais simplesmente 'encaminha-los' para os



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

serviços de orientação psicológica para que sejam reconduzidos ao 'bom caminho'. Mas certamente é impossível continuar ignorando-os. (LOURO, 2003, pp. 49-50).

Pesquisando sobre o relacionamento entre professores homossexuais e alunos e sobre a importância do Professor no combate à LGBTfobia no ambiente escolar, encontramos na declaração de Silva (2014) um indicativo da importância da figura docente nesse contexto:

"Professores não são apenas aqueles que vão ensinar história, português, matemática. São aqueles que poderão levar os alunos a outros pensamentos. Na perspectiva de gênero o professor em sua prática docente pode levar os alunos a pensar do porquê de haver a homofobia, por que homossexuais tem que passar por intolerância de uma sociedade que definiu homem, mulher e formas de se relacionar. É na escola que será possível discutir essas problemáticas, buscando que os alunos possam compreender o que é homossexualidade, incentivando o respeito aos homossexuais independente se ele for seu colega de sala, seu professor ou outro profissional da comunidade escolar." (SILVA, 2014, p. 49)

A Escola, reflete os valores morais da sociedade e tem em si conceitos e preconceitos socialmente difundidos. Além do sua função normatizadora, a Escola é responsável pela formação do sujeito e construção de sua subjetividade, portanto pode ser transformadora, visto que os valores,

condutas e regras são socialmente construídas. Nas palavras de Molina (2011), se a educação é histórica e culturalmente um processo "disciplinador e reprodutor de desigualdades", seus valores e modelos de conduta encarnam os mesmos preconceitos e desigualdades produzidos pela sociedade seus valores e modelos.

Nesse sentido, o psicólogo pode contribuir para a promoção de mudanças significativas, agindo no ambiente escolar na articulação de projetos que visem abordar todos os tipos de preconceitos e discriminação (inclusive a LGBTfobia), o que torna-se importante e possível, já que se tratam de construções sociais. Para tanto, compete a este profissional, entre outros aspectos, perceber as dificuldades referentes a cada área de convivência, bem como os desafios que perpassam a busca por direitos de cidadania dos sujeitos. Neste sentido é imprescindível considerar a realidade de cada contexto e as singularidades daqueles que dele fazem parte.

"De certo modo, podemos dizer que os psicólogos, na medida em que carregam como especificidade nesse campo uma leitura sobre a dimensão do sofrimento produzido nas múltiplas relações e determinações relativas a cada caso, tem como desafio a possibilidade de construir a crítica ao discurso que reduz experiências humanas e processos complexos[...]." (Conselho Federal de Psicologia, 2013, pp. 82-83).



Portanto, é fundamental que o profissional de psicologia se dedique à criação de possibilidades de ação para que o sujeito exerça participação e convivência social. Para tal, deve-se produzir intervenções tendo em vista as condições de existência de sujeitos reais, inseridos em situações sociais diversas e que necessitam de uma atenção diferenciada, voltada para a complexidade de cada caso.

CONCLUSÕES

Naturalizamos a condição marginal presente em nossa sociedade, na tentativa de não nos deixarmos afetar por ela. Seria esta uma ação violenta de nossa parte? Com quantos sujeitos diferentes nos deparamos no dia a dia? Indivíduos invisíveis, que se tornam visíveis aos nossos olhos a partir do momento em que nos sentimos ameaçados por sua presença, presença esta que nos violenta ainda que não haja qualquer ato violento desse sujeito em relação a nós. Falta a ação e efetivação de políticas públicas que contemplem a camada social de excluídos, vítimas de ideologias discriminantes e preconceituosas. É preciso questionar as concepções excludentes que constituem o nosso universo social e a escola é um dispositivo possível para tal

modificação.

Como defende Foucault (2007), é importante compreender que inexistente uma verdade única e universal sobre a sexualidade, daí a necessidade de reavaliarmos os mecanismos de saber-poder que a constituem. Torna-se relevante, portanto, elaborar novos princípios educativos, que nos permita reinventar outras relações com os corpos e os prazeres. Trata-se de afetar e se deixar ser afetado por incontáveis possibilidades de ser e existir no mundo, para além de verdades absolutas, tentando fazer da vida um processo de criação da diferença ou, como elucida Foucault, ensaiar novas estéticas da existência.

A partir da revisão da literatura pertinente à temática proposta no presente trabalho, observou-se nos estudos de Molina (2011) e Silva (2014), relatos de casos de LGBTfobia, apesar de, ao longo da pesquisa, os sujeitos não declararem-se vítimas de qualquer tipo de discriminação resultante de sua condição sexual no ambiente escolar. Entre os fatores que podem influenciar na ocorrência desses casos os autores enfatizam: o tipo de instituição (costuma haver mais tolerância nas escolas públicas); perfil pedagógico (instituições de cunho religioso não costumam aceitar sujeitos LGBTs em seu quadro de funcionários; o comportamento (professores que se comportam como dita a



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

heteronormatividade, ou seja, não são afeminados, sofrem menos rejeição); dentre outros. Borges e Meyer (2008) citando Castro, Abramovay e Silva (2004), afirmam ser comum professores, funcionários do corpo administrativo e os alunos "tolerarem, ou mesmo praticarem, diversas formas de discriminação e violência, considerando tudo como 'brincadeira' e 'coisa de jovens', 'sem importância'" (p. 65), demonstrando que a omissão da escola e a falta de qualificação de professores e funcionários propiciam a recorrência desses episódios.

Nunes e Silva (2000), apresentam duas tipologias metafóricas que expressam, com grande propriedade, o que podemos perceber no âmbito da sexualidade no espaço escolar: "a Pedagogia do bombeiro" e a "Pedagogia do avestruz". A "Pedagogia do bombeiro" é aquela intervenção cujo propósito é, supostamente, apagar focos de incêndios, no que se refere à manifestação e à curiosidade sexual. A "Pedagogia do avestruz" simboliza a atitude de "fingir que não vê", enterrando a cabeça na areia do dia-a-dia, esquivando-se do debate da questão. Por vezes, fingimos não ver mendigos, negros, crianças de ruas, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transsexuais e transexuais, outras vezes os enxergamos e atribuímos a estes outros/diferentes adjetivos pejorativos, menosprezado quaisquer

possibilidades de visibilidade desse sujeito. No geral esperamos seu silêncio, sua distância, seu "não aparecer".

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/SEF, 1988.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio.** Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- BRITZMAN, D. **Curiosidade, sexualidade e currículo.** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BUTLER, J. **Diagnosticando o gênero.** Traduzido por André Rios. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro: 2009, p. 95-126.
- COLL, C. **Concepções e tendências atuais em Psicologia da Educação.** In: COLL, C.; MARCHESI, A. e PALACIOS, J. (org.) **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.21-42.
- GUIMARÃES, I. **Educação Sexual na Escola: mito e realidade.** Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- GUZZO, R. **Psicologia e educação no Brasil: Uma visão da história e possibilidades desta relação.** Publicado na

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



revista Psicologia: teoria e pesquisa, vol. 26, ed. 25, p.131-142.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia nas escolas: um problema de todos.** Brasília: MEC/UNESCO, p. 13-51, 2009.

LIBERATO, L. V. D. **Preconceito, discriminação e segregação: o discurso contra o homossexual no espaço escolar.** Ponta Grossa, 2008. Disponível em http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/TCC_Luciano-Vitor-Dias-Liberato.pdf (Acesso em 04/03/2016)

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997, 2ª Ed.

MARTINEZ, A. M. **Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira.** Psicol. Esc. Educ.

(Impr.) [online]. 2009, vol.13, n.1, pp. 169-177.

MARTINS-SILVA, P. O.; SOUZA, E. M.; SILVA JUNIOR, A.; NASCIMENTO, D. B.; BALBI NETO, R. Adolescentes e homossexualidade: representações sociais e identidade social Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/28> (Acesso em 07/02/2016)

MOLINA, L. **Professores homossexuais: suas vivências frente à comunidade escolar.** Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto 2011.

NUNES, C. **Desvendando a sexualidade.** Campinas: Papirus, 1987.

VIANA, C. P.; CAVALEIRO, M. C. **LGBTfobia na Escola: O Beijo Entre Garotas Lésbicas, Homossexuais ou Bissexuais.** Florianópolis: UENP, 2015.